

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Maputo, 7 de MARÇO, 2022 Número 73

Português



DIÁLOGO COM OCB DE INHAMBANE

Debate sobre eficácia na implementação do “Plano de Resposta à COVID-19” denuncia inconformidades por parte do Governo

Depois de organizar uma formação sobre práticas e ferramentas de monitoria da governação e de serviços públicos, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com a Associação de Cooperação para o Desenvolvimento (ACOORD) e com o apoio da União Europeia, promoveu um diálogo sobre a eficácia da implementação do “Plano de Resposta à COVID-19”. Os dois eventos tiveram lugar no início de Fevereiro de 2022, na cidade de Inhambane.

O diálogo visava criar e revitalizar os espaços de participação pública e aumentar a informação e conhecimento público sobre o plano de resposta à COVID-19. O evento contou com a participação de cerca de 35 activistas das Organizações Comunitárias

de Base (OCB), todas baseadas na província de Inhambane.

Coube ao representante da União Europeia, Abel Piqueras, fazer as notas de boas-vindas e sensibilizar as organizações presentes sobre a importância do debate e a necessidade de con-



tinuarem a fortalecer o diálogo e a monitoria realizada pelas OCB.

De seguida, o pesquisador do CDD, Dimas Sinoia, iniciou o debate apresentando o orçamento do Governo para o combate à COVID-19. Estimado em 700 milhões de dólares, o orçamento previa alocações para a Saúde, Protecção Social, Sector Privado, bem como para compensar a perda de receitas no Orçamento do Estado, conforme apresentado na tabela a seguir.

Dos 700 milhões de dólares solicitados à comunidade internacional para a prevenção e combate à COVID-19, foram desembolsados cerca de 668,7 milhões de dólares (95%) por vários parceiros, como o Fundo Monetário Inter-

nacional (FMI), Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, BID, Fundo Global, UNICEF e Suécia.

No quadro das necessidades de financiamento identificadas pelo Governo, a alocação para o sector da Protecção Social constituía a maior prioridade, com um peso relativo de cerca de 34% (240 milhões de dólares) do volume total do financiamento.

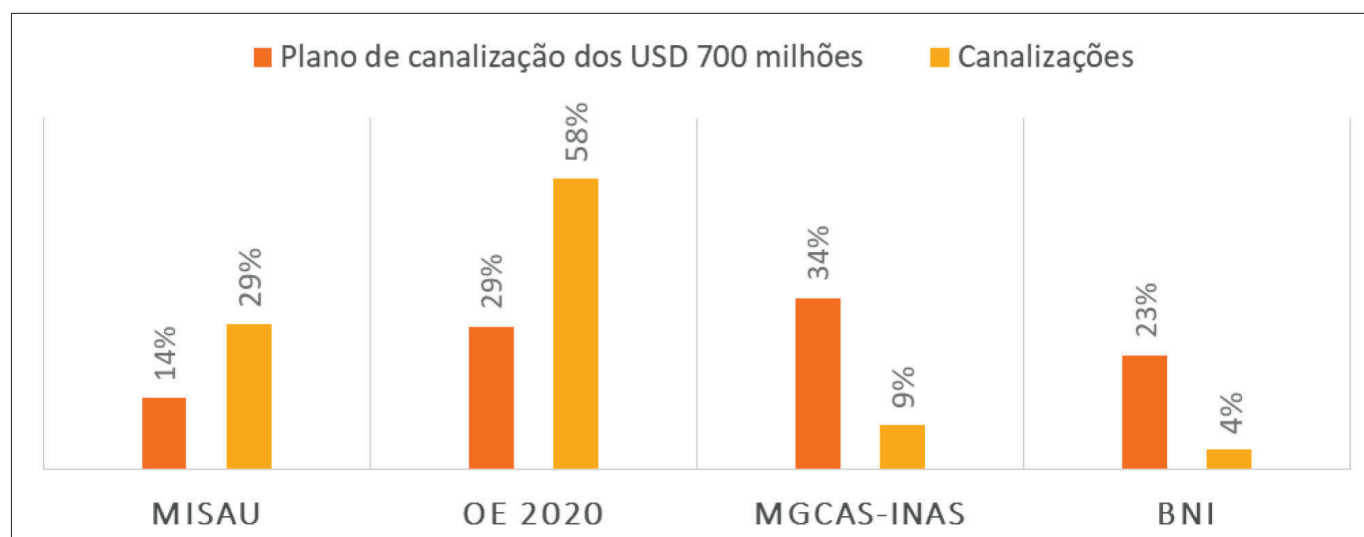
Entretanto, da análise geral feita foi possível verificar que houve uma grande mudança de abordagem em relação aos sectores prioritários no momento da alocação dos fundos. Do valor total desembolsado, apenas 9% é que foi canalizado à Protecção Social, muito abaixo do

Tabela 1: Orçamento do Programa Governamental para Resposta à COVID-19 (dólares americanos)

	Sector	Finalidades	Valor (USD)
Prevenção e Tratamento	Saúde	Aquisição de material de protecção e tratamento, incluindo ventiladores e equipamento médico.	100.000.000,00
Perdas de Receitas	Orçamento de Estado	Compensar a perda de receitas devido à revisão em baixa do PIB de 4% para 2,2%, e ao diferimento do pagamento do IRPC	200.000.000,00
Transferências às Famílias	MGCAS – INAS	Aumentar o número das famílias beneficiárias de 592.179 para 1.695.004	240.000.000,00
Micro-negócios	Sector privado	Linha de crédito para financiar micro-negócios	160.000.000,00
Total			700.000.000,00

planeado. Em contrapartida, o Orçamento do Estado - que de acordo com o plano deveria receber 29% dos 700 milhões de dólares para

compensar as perdas fiscais, acabou beneficiando de cerca de 60% dos fundos, conforme apresentado no gráfico a seguir.



Esta mudança de abordagem em relação aos sectores prioritários torna-se muito preocupante, não só no contexto da pandemia da COVID-19, mas também do extremismo violento em Cabo Delgado e das calamidades naturais, fenómenos que afectam mais os grupos vulneráveis. Ademais, considerando que maior parte da população ainda enfrenta elevados níveis de inseguran-

ça económica, sobretudo os agregados familiares que vivem abaixo da linha da pobreza, o expectável era que se fizesse um esforço adicional para garantir um mínimo “socialmente aceitável” de bem-estar para esse grupo prioritário, considerando que a cobertura dos programas de apoio social abrange menos de 25% dos agregados familiares em situação de pobreza.

Empreitadas realizadas sem placas informativas e cadernos de encargo

No âmbito do rastreio das despesas realizadas pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), as OCB notaram que a maioria das obras foi adjudicada em regime de ajuste directo. Por isso, elas defendem a mudança da postura do Governo em relação ao processo de contratação, privilegiando o concurso público como forma de promover maior transparência e criação de oportunidades para outras empresas.

Abelardo Guambe, um dos participantes do diálogo, defendeu que o recurso à modalidade de ajuste directo na adjudicação de obras, além de colocar em causa a transparência, suscita re-

des de corrupção onde as elites são as únicas beneficiárias.

Um dos grandes problemas que não pode ser deixado de lado é o excesso de burocracia nos concursos públicos, sobretudo na tramitação dos documentos e obtenção de documentos da UFSA (Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições) para poder concorrer, segundo Fausto Quinhas, outro participante do evento.

As OCB recomendaram que, para casos em que exista urgência, o mais indicado seria a redução da burocracia do concurso público, de modo a promover maior flexibilidade e respeito aos princípios de transparência.



Entretanto, mesmo considerando a redução da burocracia, os activistas alegam ser comum haver viciação no processo, no sentido de que a selecção das empresas é guiada por questões de afinidade, ordens superiores ou cobrança de valores.

Na visão de Cremildo Muandro, membro da ACUDES, o problema não está apenas na modalidade de contrato, mas também na falta de seriedade do Governo que muitas vezes se traduz na construção de empreitadas de baixa qualidade por conta da corrupção.

Ainda no âmbito da monitoria do uso dos fundos pelo MOPHRH, a Associação de Cooperação para o Desenvolvimento (ACCOORD), no âmbito do memorando de entendimento assinado com o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), representado pelo CDD, realizou visitas em algumas escolas secundárias, nomeadamente Emília Daússe, SOS, 3 de Fevereiro, Muelé, Conguiana, 12 de Agosto, Guitambatuno e 4 de Outubro, na província de Inhambane.

Faustino Augusto, membro da ACCOORD, reportou que algumas obras não tinham placas

informativas nem cadernos de encargo, o que impossibilitou o apuramento do orçamento e os prazos de execução de cada obra. Ademais, as instituições responsáveis disponibilizaram as informações preliminares dos projectos cinco (5) meses depois do início das obras, o que dificultou uma avaliação informada e independente.

A activista Nilza Buque afirmou que mesmo depois de obras de reabilitação feitas nos estabelecimentos de ensino, alguns alunos eram obrigados a carregar água para a escola para poder cumprir com as regras de desinfectação.

MISAU deveria usar os fundos para aumentar rácio médico/doentes

No âmbito das despesas do Ministério da Saúde (MISAU), o debate girou em torno da alocação dos fundos pelas províncias. António de Sacramento, membro da *Ocean Revolution*, defendeu que devia haver mais clareza por parte do Governo quanto à alocação de fundos para o combate à COVID-19 pelas províncias. E disse mais: Inhambane foi considerada pelo Comité

Operativo de Emergência local e pelo Instituto Nacional de Saúde (INS) como sendo uma das províncias mais expostas à COVID-19, mas recebeu uma das alocações mais baixas.

Relativamente aos serviços contratados, verificou-se que cerca de 80% dos fundos alocados às províncias foram gastos em despesas de alimentação e alojamento de profissionais de saúde.



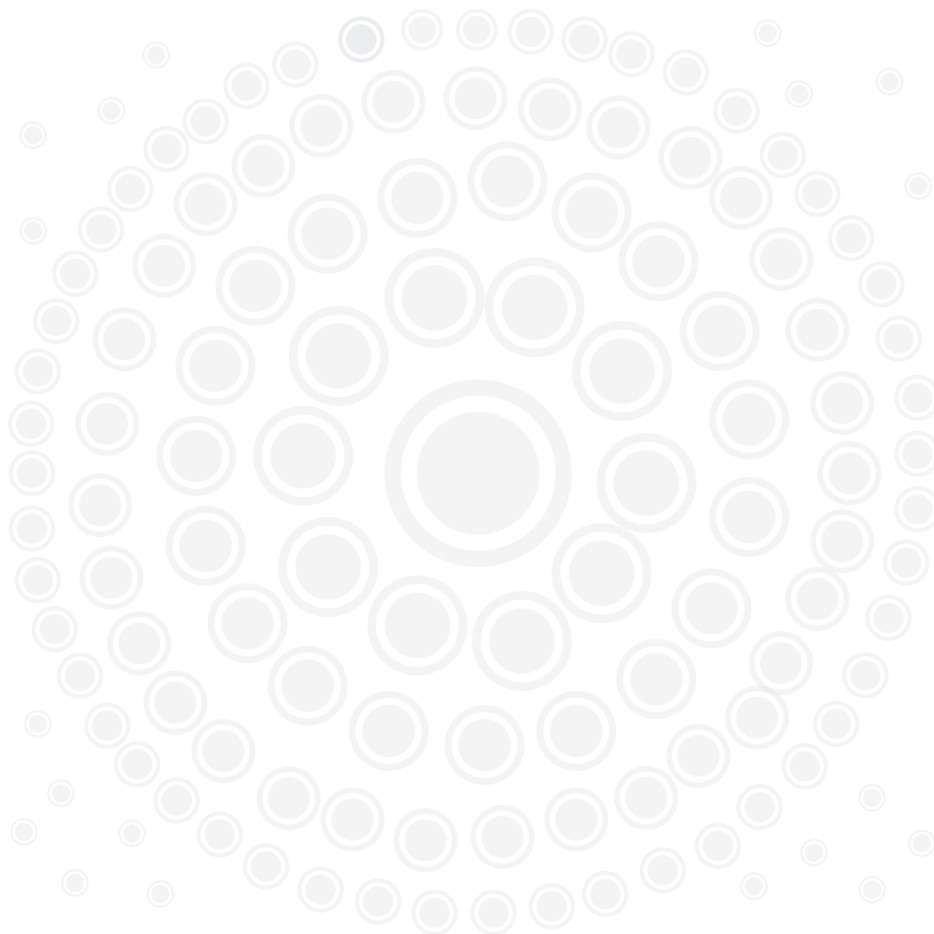
O Governo deveria ter previsto a redução do rácio médico/doentes e o alargamento da capacidade de receber os doentes de modo a responder à alta demanda por serviços médicos. Por exemplo, *“no Hospital Provincial de Inhambane, a fila para o atendimento de doentes que apresentavam sintomas de outras doenças, era a mesma para aqueles que apresentavam sintomas de COVID-19. O médico era o mesmo para todos e a espera era longa”*, relatou Elizeth Guirruta.

Por sua vez, a activista Zibilon Murrombe defendeu que os fundos poderiam ter sido melhor

aproveitados se fossem destinados também para a formação de técnicos ao nível local, de modo a reduzir as despesas logísticas relativas à mobilização de técnicos de saúde do nível central para as várias regiões de Moçambique.

Terminado o debate, o CDD, que esteve representado pelos pesquisadores Dimas Sinoia e Filza Rajá e pelo Director executivo Prof. Adriano Nuvunga, mobilizou as OCB para que estejam engajadas na advocacia por um sistema de gestão de finanças públicas transparente, justo e eficiente.





Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Dimas Sinoia e Filza Rajá</p> <p> Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo +258 21 085 797 info@cddmoz.org www.cddmoz.org @CDD_Moz @CDDMoz @CDD_Moz</p>	<p> www.fmo.org.mz fmomozambique@gmail.com FMO.Mozambique @FMO_Moz Youtube</p>